



Ampliação da Base

Adufrgs mais forte

Em assembleia geral realizada no dia 18 de dezembro, com a presença de professores filiados e não filiados, foi aprovada, por ampla maioria, a extensão da base territorial da Adufrgs para mais onze municípios.

Agora, a decisão está nas mãos dos associados. Entre 3 e 31 de março, por votação eletrônica, eles devem deliberar sobre esta proposta e outras mudanças no estatuto do sindicato.

Para votar, acesse
www.adufrgs.org.br

Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior-POA
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**

1º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**

2º Vice-Presidente - **Marilda da Cruz Fernandes**

1º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**

2º Secretário - **Paulo Machado Mors**

3º Secretário - **Luciano Casagrande**

1º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**

2º Tesoureiro - **Edson Lindner**

3º Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufgrs.org.br
www.adufgrs.org.br

ADverso

Edição 218 - Jan-Fev / 2016

Tiragem: 3.800 exemplares

Impresso na Ideograf

Conselho Consultivo

Gloria Ferreira - Fabico/Ufrgs

Lúcio Vieira - IFRS Campus Poa

Paulo Machado Mors - Instituto de Física/ Ufrgs

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Ben Berardi, Adriana Lampert e Araldo Neto

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Produção:



VERDEPERTO
(51) 3228 8369

Índice



Entrevista

Boaventura de Sousa Santos
"Universidades públicas
brasileiras integraram
outras pessoas,
mas não integraram
outras culturas"

04

Extensão da Base

Assembleia Geral aprova
ampliação da base de atuação
da Adufrgs-Sindical

12



Gestão de Recursos

Compartilhamento
de equipamentos pode
reduzir impacto de
cortes orçamentários

14

Ufrgs

Processo eletrônico facilitará progressão
e promoção dos docentes

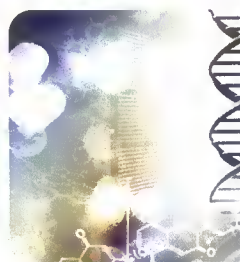
17



Vida no Campus

Pesquisadora quer
mostrar os caminhos para
Ufrgs crescer em rankings

20



Ciência e Tecnologia

Setor pleiteia exclusão
dos vetos ao Marco de
Ciência e Tecnologia

25

Negociar é só o começo...

O Novo Movimento Docente, entre nós evidenciado pela atuação da Adufrgs-Sindical, e nacionalmente representado pelo Proifes-Federação, tem como um de seus pressupostos a inversão da prática de greve negociação, ainda hoje defendida por alguns arautos do enfrentamento. Temos pautado nossa defesa da categoria dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior pela necessidade de apresentar qualquer reivindicação pela via da negociação, e sempre trazendo à discussão temas diretamente afetos à categoria e de seu interesse. Assim é que, no tratamento da questão salarial e de carreira com o governo federal, no ano passado, fomos insistentes em manter a negociação, até mesmo quando o governo não se mostrava muito entusiasmado com a interlocução. Ao soar o gongo de encerramento do último assalto, em 31 de dezembro, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei (PL) 4251/2015, para cumprimento dos pontos acertados no Termo de Acordo 19/2015, por nós assinado, consequência das negociações mantidas entre as duas partes. O trâmite dado ao projeto de lei, na Câmara dos Deputados, prevê sua análise por seis comissões distintas, de maneira sequencial e, após a aprovação por todas as comissões, encaminhamento para o Senado Federal. Vê-se, portanto, que, agora, nossa missão

será a de pressionar os parlamentares no sentido de que se dê trâmite ao processo o mais rápido possível. Acresce a isso uma questão muito delicada. Em seu Art. 19, o PL reza: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, não produzindo efeitos financeiros anteriores a 1 de agosto de 2016 ou, se posterior, à data de entrada em vigor desta lei. Está, portanto, bem claro um não cumprimento do que foi acordado: nossas tratativas deixaram, de forma explícita, que o primeiro reajuste salarial deverá se dar em 1 de agosto; o PL só está prevendo o cumprimento desse compromisso se sua transformação em lei se der antes dessa data. Caso contrário, o primeiro reajuste se dará apenas na data de promulgação da lei. Data esta, está claro, para quem acompanha o ritmo de tramitação no parlamento, imprevisível. Deparamo-nos, agora, portanto, com mais uma tarefa, igualmente penosa, a de convencimento dos membros de seis comissões parlamentares de que pelo menos uma emenda se faz necessária no PL, prevendo que, no caso de vigência da lei a partir de data posterior ao 1 de agosto próximo, a primeira etapa do reajuste deverá ter validade retroativa a 1 de agosto. O Proifes já está lançado nessa batalha, apenas mais uma a ser travada por nós, sindicalistas, na incansável defesa dos interesses de nossa base. ■

Adufrgs-Sindical, o seu Sindicato

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

***“Universidades públicas
brasileiras integraram
outras pessoas,
mas não integraram
outras culturas”***

Por Ben Berardi
Fotos de Maricélia Pinheiro

Em entrevista exclusiva à Revista Adverso, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos falou sobre a atualidade do movimento que deu origem ao Fórum Social Mundial (FSM), defendeu uma posição mais propositiva do FSM e fez um chamamento para que as universidades públicas se aproximem das organizações sociais. Na opinião dele, este é o caminho que vai democratizar o “acesso ao saber” no País e não apenas o acesso à universidade. Boaventura visitou a capital gaúcha no mês de janeiro, para participar do Fórum Social da Educação Popular e do Fórum Social Porto Alegre+15.



Adverso - Que balanço o Sr. faz destes 15 anos do FSM?

Boaventura – A meu ver é um balanço muito positivo. O FSM surgiu no princípio de uma década em que havia muita expectativa de manifestações políticas neste continente. Havia já um governo progressista, que era o da Venezuela, e anunciavam-se outros. Havia uma mobilização social muito forte, aqui no Brasil. Havia também a situação complicada da Argentina. Havia uma forte movimentação social na Bolívia e no Equador. Portanto, era um continente em renovação política e o FSM, a meu ver, teve uma importância muito significativa no sentido de legitimar e, diríamos, dar força, a toda esta onda progressista que atravessou, praticamente, todo o continente. Não podemos deixar de reconhecer e notabilizar este fato.

Em nível mundial é mais complicado, pois o Fórum Social foi, predominantemente, brasileiro e latino-americano, mas também teve impacto em outros países. Em Mumbai (2004), tivemos a possibilidade de tornar conhecidas certas lutas históricas, que não tinham visibilidade. É o caso da luta dos Dalits, a casta indiana conhecida como os “intocáveis”. Por outro lado, agora é evidente que o FSM sempre teve muita limitação. Depois do 11 de setembro, em nome da luta contra o terrorismo, muitos representantes de movimentos sociais não tiveram direito a vistos de entrada em alguns países. Tenho dúvidas se isso não irá se repetir no próximo Fórum, que vai acontecer em agosto, em Montreal.

"Aqui, no Brasil, o único movimento social que não desacelerou foi o MST. Os movimentos sindicais acharam que as conquistas eram irreversíveis, e não eram! Talvez este seja o grande motivo da crise que estamos vivenciando agora".

Adverso – A vitória de governos progressistas na América do Sul teve impactos sobre o FSM?

Boaventura – O FSM perdeu alguma dinâmica em meados da década passada, porque a chegada ao poder de alguns governos progressistas desmobilizou os movimentos sociais. Aqui, no Brasil, o único movimento social que não desacelerou foi o MST. Os movimentos sindicais acharam que as conquistas eram irreversíveis, e não eram! Talvez este seja o grande motivo da crise que estamos vivenciando agora. Governos de países que criaram uma nova Constituição, como o Equador e a Bolívia, precisam da força dos movimentos sociais para garantir a sua aplicação.

As medidas compensatórias de distribuição de renda, o fato de serem governos mais nacionalistas, de terem parado ou revertido algumas privatizações, como ocorreu na Bolívia, são fatores positivos. Mas a grande política foi a de não interferir com a mídia e não interferir com o capital financeiro, que nunca teve tantos

lucros como nos últimos treze anos. Contudo, estávamos num período de bomba de commodities, isto é, num período de recursos naturais - petróleo, minérios e o agronegócio - a preços muito elevados no mercado, o que permitiu que parte desta renda fosse distribuída, por meio de programas sociais, como o Bolsa Família, no Brasil, e os Bônus, na Bolívia e no Equador. O resultado foi o alargamento significativo de uma classe média que, aqui no Brasil, inseriu cerca de 59 milhões de pessoas no mercado de consumo, o que foi uma conquista extraordinária, mas que se assentou, basicamente, no mesmo modelo de desenvolvimento anterior.

Nós sabemos que, historicamente, estes ciclos têm duração entre dez a quinze anos, só o do petróleo é mais longo, embora agora já tenha caído a preços muito baixos. Com a crise na China, todo este movimento de desenvolvimento se esgotou e os governos progressistas não estão conseguindo assegurar as políticas de redistribuição social que tinham implantado antes. Obviamente, não tendo agora a renda advinda dos recursos naturais, só restava uma alternativa: tributar aos ricos.

Adverso - Um dos eixos mais caros para o FSM, que talvez permaneça até hoje, é o da autodeterminação dos povos versus a hegemonia neoliberal. Havia um debate muito rico nas primeiras edições do Fórum sobre qual seria a melhor estratégia para combater as políticas neoliberais:

movimentos sociais ou partidos políticos. O que o senhor pensa sobre isso, após 15 anos?

Boaventura - Houve uma divisão desde o início, ou duas para ser mais exato. A primeira era a existência de movimentos que eram contra o neoliberalismo e de outros, que eram contra o capitalismo. As transformações vêm da ação dos movimentos sociais, mas os partidos conseguiram hegemonizar muitos movimentos sociais aqui e em outros continentes. Portanto, nem sempre eles foram tão autônomos quanto diziam. Poderia ter sido uma coisa bastante inovadora, aquilo que estamos tentando hoje: fazer com que os partidos sejam partidos-movimento. O melhor exemplo disso é o Partido Podemos, da Espanha, que nasceu da emergência dos movimentos populares. A democracia participativa é aplicada dentro do partido: os cidadãos é que ajudam a formular as políticas e ajudam a escolher os candidatos. Isto é um grande instrumento contra a corrupção. O Podemos aprendeu aquilo que, infelizmente, a América Latina criou e esqueceu: o controle democrático e participativo dos orçamentos dos próprios partidos.

Adverso – Qual a sua visão sobre a atualidade do FSM e o seu futuro?

Boaventura - Eu penso que as necessidades que tínhamos há quinze anos são ainda mais importantes hoje, ou seja, o mundo se globalizou muito mais. Alguns países estão passando pelos mesmos problemas que outros países passaram e, portanto, poderiam aprender uns com as lições dos



outros. Nós realizamos, no ano passado, em Moçambique, uma oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) em que, pela primeira vez, colocamos camponeses brasileiros em contato com camponeses moçambicanos explorados pela mesma empresa, a Vale do Rio Doce. Esta forma de transparência foi uma grande surpresa para os camponeses, que falam a mesma língua, que estão num mesmo modelo globalizado, que opera no Brasil como opera em outros países da África, como opera na Índia. Portanto, uma globalização econômica neoliberal assim, mais intensa, pede por uma globalização contra-hegemônica mais intensa dos movimentos sociais e certo internacionalismo, que penso ser tão atual quanto antes. Resta saber se o

Fórum Social Mundial, no formato atual, atende a estas necessidades.

Adverso – Isto tem a ver com um debate permanente dentro do FSM, de que ele deveria ser mais propositivo?

Boaventura – É isto mesmo que eu ia dizer. Eu sou daqueles que sempre defenderam, desde o início, a lógica do FSM, mas que, em certas circunstâncias, o FSM poderia assumir uma posição mais propositiva. Um debate que me envolvi bastante foi sobre a participação de todos os países no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sempre pensei que se deveria ter uma posição sobre isso, mas o radicalismo de alguns grupos, predominantemente brasileiros, impossibilitou que o Fórum assumisse esta proposta. Assim, chegamos a uma situação em que,

se houver uma proposição, não é do FSM, mas da Assembleia dos Movimentos Sociais. Quando ocorreu a invasão do Iraque, por exemplo, nós assistimos a um chamamento internacional, que levou quinze milhões de pessoas para as ruas, e muita gente pensou que foi o FSM quem protagonizou este movimento. De fato, não foi o Fórum, mas a Assembleia dos Movimentos Sociais, que havia ocorrido aqui em Porto Alegre. Eu penso que este dogmatismo não é propositivo, para manter a unidade e a inclusividade do FSM, levou a uma concepção sobre os movimentos em que se pensa: "a gente já se conhece, basta saber pela internet o que os outros movimentos estão fazendo. Não precisamos decidir nada. Não precisamos tomar nenhuma iniciativa..." e, por isso, este modelo, de alguma maneira, esvaziou-se.

O FSM foi um instrumento que permitiu que certos setores se organizassem e fossem propositivos. São poucos, mas muito importantes. A Marcha Mundial das Mulheres nasceu da dinâmica do FSM e se tornou uma organização propositiva, que tem agenda política para cada país com propostas muito semelhantes. Outra é a Via Campesina, uma articulação dos movimentos camponeses de dezenas e dezenas de países, e que tem sido efetivamente propositiva. E, ainda, a Articulação Indígena, uma organização continental e, até mesmo, intercontinental, que também se fortaleceu muito no FSM e é propositiva.

Qual é o limite disso? É que o FSM deveria ser uma articulação entre os movimentos de diferentes

setores, de diferentes bandeiras. O que se logrou foram articulações dentro de cada movimento, mas não das bandeiras de lutas entre diferentes movimentos.

Adverso – No seu livro “Fórum Social Mundial – Manual de Uso”, publicado aqui no Brasil em 2005, o senhor argumenta que não deveria ser criada apenas uma agenda entre os movimentos, mas sim uma zona porosa de conhecimento e interrelação entre os grupos. É isso?

Boaventura – É o que nós fazemos, ainda que de forma não muito visível. Em 2003, eu propus a criação da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), com dois objetivos: colocar em contato o conhecimento acadêmico, o que está nas universidades progressistas, com os movimentos populares e, ainda, aumentar o interconhecimento entre os movimentos.

Por quê? Por que o capitalismo não atua nunca isolado. Ele atua junto com o racismo, com o colonialismo, com o patriarcado, com o sexismo... Contudo, nos movimentos, as mulheres atuam contra o sexismo e, muitas vezes, se esquecem do capitalismo. Os indígenas e os quilombolas lutam contra o colonialismo e o racismo, mas se esquecem do capitalismo ou do patriarcado. A atuação capitalista é toda em rede, e nós não atuamos em rede. Neste sentido, a nossa proposta é desvendar, criar esta forma de interconhecimento, que tem sido útil para os movimentos enquanto energia propositiva. Em Moçambique, por exemplo, nós trabalhamos para que o movimen-

"As universidades brasileiras passaram por um processo de democratização do acesso nos últimos 13 anos, mas, eu entendo que, internamente, não se democratizaram de maneira a se abrirem a outras culturas, a outros currículos, a outros planos de estudos, a outras cosmovisões, isso é: integraram outras pessoas, mas não integraram outras culturas".

to das mulheres adotasse a luta camponesa de defesa da terra contra o agronegócio, que age no País. As mulheres, então, fizeram uma grande declaração, na conferência de imprensa, afirmando que, em Moçambique, a luta pela terra não é uma luta apenas dos camponeses, mas, também, uma luta das mulheres. É o que eu sonho há muitos anos: uma integração dos movimentos, por interconhecimento e, também, pela política.

Adverso – Pode-se dizer que a grande pauta, neste Fórum Mundial da Educação Popular, é o chamamento que o senhor faz para que as universidades públicas se aproximem das UPMS? Como os professores podem participar deste processo e como o senhor pensa que seria

essa aproximação?

Boaventura – As universidades brasileiras passaram por um processo de democratização do acesso nos últimos 13 anos, mas, eu entendo que, internamente, não se democratizaram de maneira a se abrirem a outras culturas, a outros currículos, a outros planos de estudos, a outras cosmovisões, isso é: integraram outras pessoas, mas não integraram outras culturas. Ainda assim, muitos professores vivem isso intensamente e tendem a dinamizar atividades, diríamos, altamente interessantes. Os professores também ficam muito divididos, porque as universidades estão submetidas a uma pressão que é uma pressão estranha. De um lado, um crônico subfinanciamento – o Brasil passou por esse sistema – isto é, a universidade não é financiada adequadamente para as necessidades que tem, para seus professores, seus funcionários, estudantes etc. Isso causa um grande estresse nos professores, que se acomodam a essas condições, desistem, perdem o interesse, se aposentam etc. Também existem os que estão de acordo com o capitalismo universitário e passam para universidades privadas. Mas há outros professores que veem que, se a universidade pública não tem aliados nas elites, o futuro dela é buscar aliados nas classes populares e nas classes médias. Por isso, precisam se aproximar desses segmentos, que não são seus aliados tradicionais, porque as universidades sempre viveram de costas para eles.

Como fazer isso? Por projetos de extensão, que não são de orientação capitalista, que são formas solidárias de colocar o conheci-



"Eu penso que, por este caminho, daqui a duas décadas, os jovens estudantes de áreas como o Direito, a Medicina, as Ciências Sociais, terão grandes mestres em suas salas de aula: um mestre doutorado do conhecimento acadêmico e um mestre do saber popular".

mento universitário a serviço dos movimentos sociais, de outras formas de organização ou serviços nas universidades realizados por cooperativas e, às vezes, até por organizações periféricas, em universidades que procuram se aproximar de suas comunidades. E, ainda, algumas estão fazendo aquilo que eu chamo de extensão ao contrário. Estão trazendo o conhecimento popular, mestres dos saberes populares, para dentro da universidade.

Se a UPMS for adotada pelas universidades, isso seria uma medida revolucionária na Educação pública, pois seria uma forma de avançarmos no sentido de democratizar o saber e não apenas o acesso à universidade.

Eu penso que, por este caminho, daqui a duas décadas, os jovens

estudantes de áreas como o Direito, a Medicina, as Ciências Sociais, terão grandes mestres em suas salas de aula: um mestre doutorado do conhecimento acadêmico e um mestre do saber popular. Pessoas que são sábias, são médicos tradicionais, são juízes das comunidades rurais, que têm esta capacitação de sábios do conhecimento tradicional, têm bom senso para decidir questões... a luz do conhecimento popular, que pode ser trazida para dentro das universidades. E é essa diversidade que pode transformar a sociedade, porque as nossas universidades, os nossos jovens, não conhecem a diversidade do País.

Adverso – Já tivemos aproximação das universidades com comunidades, como a esboçada no antigo Projeto Rondon. O senhor vê com otimismo este

tipo de iniciativa?

Boaventura – O que precisa existir, fundamentalmente, é um entendimento sobre por que a gente quer o conhecimento. Não queremos o conhecimento pelo conhecimento em si mesmo. Mas o conhecimento a serviço de uma sociedade melhor. A UPMS não é um exercício intelectual de diletantismo. Algumas lutas realmente importantes são fortalecidas pelo conhecimento acadêmico. Hoje, por exemplo, o movimento da agroecologia, no Brasil, é um movimento que não pode, de maneira nenhuma, ser imaginado sem o conteúdo que a ciência tem dado ao mostrar o envenenamento a que as pessoas estão sujeitas pelo uso de agrotóxicos. Por isso, a ciência não pode ser demonizada. Há uma ciência que é boa para a sociedade mundial, e outra que não é. Aquela que nós queremos que trabalhe com os movimentos sociais é a que contribui para uma sociedade mais justa. Eu penso que as pessoas, numa sociedade, têm que se comprometer quanto ao lado em que estão.

Adverso – Em sua exposição, na abertura do Fórum, o senhor disse que “ninguém se emancipa sem falar uma língua própria”. Não teve como não remeter esta afirmação à questão dos refugiados, que chegam à Europa em enormes contingentes...

Boaventura – Eu penso que é uma questão terrível. A Europa tem um passado e um presente colonialistas, que são mantidos com muita força. Teve um momento de polarização na Guerra Mundial, com a necessidade que o continente europeu teve de imigrantes de



"Criou-se, em alguns países europeus, uma espécie de multiculturalismo, certa tolerância cultural. Mas era uma política conservadora, isto é, um multiculturalismo que queria dizer: a Europa até reconhece que há outras culturas, mas não imagina que possa se enriquecer com elas, não vai se modificar, sequer discutir com elas. A orientação é que os imigrantes vivam as suas culturas nos seus espaços, e até os financia, mas não se deixa contaminar por elas".

outros países, da América Latina, da Europa do Sul, do Norte da África, das Caraíbas... Criou-se, em alguns países europeus, uma espécie de multiculturalismo, certa tolerância cultural. Mas era uma política conservadora, isto é, um multiculturalismo que queria dizer: a Europa até reconhece que há outras culturas, mas não imagina que possa se enriquecer com elas, não vai se modificar, sequer discutir com elas. A orientação é que os imigrantes vivam as suas culturas nos seus espaços, e até os financia, mas não se deixa contaminar por elas.

Acontece é que a situação econômica da Europa, hoje, é totalmente diferente. Nas últimas décadas, ela perdeu aquela autonomia

relativa que teve e que permitiu criar uma social democracia mais inclusiva, com direito à saúde, à educação. Agora, a submissão à política externa dos Estados Unidos é um paradoxo. A Europa assumiu a liderança na invasão e destruição de um país que era um “país também” para os africanos que queriam vir para a Europa. A Líbia era, realmente, a fronteira sul da Europa, como hoje é o Marrocos, que a Europa ainda financia, para impedir a entrada dos imigrantes.

Destruíram a Líbia e, obviamente, os imigrantes entraram por todos os lados. E agora, a Síria. A Europa participou ativamente das políticas imperialistas de estadunização, depondo governos como o da Síria e do Iraque, que tinham



criado classes médias significativas. Os imigrantes que entram na Europa são oriundos dessas classes médias. Muitos deles vêm com seus celulares, vêm vestidos de classe média. Aquelas pessoas que são mesmo excluídas, os realmente pobres, não podem migrar, porque não têm como pagar 10 euros para poder entrar.

O México, por exemplo, funciona como uma enorme parede, ao sul dos Estados Unidos, que impede os imigrantes de entrar. A Europa não tem esta seguridade. Como são muitos países com fronteira aberta, não tem como barrar... a não ser que adote políticas conservadoras, que é o que está acontecendo.

Adverso - Em suas andanças por diversos continentes, que movimentos sociais o senhor vê com interesse, hoje, no mundo?

Boaventura — Continuamos a assistir mobilizações, nem sempre

muito visíveis, em diferentes partes do mundo, inclusive na Europa. Temos um movimento de jovens, filhos e netos de imigrantes, que está construindo o que eu chamo de uma Europa Negra, uma Europa Árabe, e que não tem a ver com o Estado Islâmico, mas com uma interculturalidade. Eles reivindicam que os valores europeus não sejam apenas aqueles os do homem-branco-cristão, mas que possam ser valores muito mais inclusivos. Isto é uma das mobilizações mais interessantes que temos hoje, na Europa.

Na África do Sul, Moçambique e países do continente africano, estamos assistindo mobilizações interessantes, como de LGBTs, que não podiam existir ou que eram ignoradas, pelos meios de comunicação desses países. Muitas mobilizações de indígenas ainda persistem na Bolívia e no Equador.

Também há um movimento

interessante pela paz, no México, onde, neste momento, não se distingue bem o que é organização criminosa e o que é Estado. O que vemos é o Estado envolvido com o narcotráfico, que consegue substituir prefeitos de cidades pelos seus membros, matando, como mataram uma prefeita que eu conhecia; uma jovem, que foi assassinada logo depois de ser empossada. É um País que tem o zapatismo e um movimento urbano - autonomista -, que procuram modificar a sociedade pela paz, com projetos de educação popular extremamente séria. Estes movimentos não são visíveis, porque a mídia não tem interesse em divulgá-los, e por causa das leis que criminalizam os movimentos sociais. Mesmo assim, eles existem, estão aí! ■

Assembleia Geral aprova ampliação da base de atuação da Adufrgs-Sindical

Por Araldo Neto

Falta muito pouco para a Adufrgs-Sindical registrar no Ministério do Trabalho e Emprego a mudança na base territorial aprovada pelos professores por ampla maioria. Com isso, o sindicato também passará a representar os docentes dos municípios de Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Farroupilha, Feliz, Sapucaia do Sul, Tramandaí, Osório e Viamão. A Assembleia Geral do dia 18 de dezembro de 2015, realizada no auditório da Fabico/Ufrgs, reuniu professores da Ufrgs, da Ufcspa, do IFRS/Porto Alegre, do IFRS/Restinga e de campi do interior do IFRS e do IFSul. Conforme prevê o estatuto da Adufrgs, agora os professores filiados devem referendar a inclusão destes municípios em seu estatuto por meio de votação eletrônica, que irá acontecer de 3 a 31 de março no site da entidade.

A necessidade de ampliação surgiu do anseio de professores do Campus Litoral Norte da Ufrgs (Tramandaí), do Campus Canoas da Ufcspa (ainda em construção) e dos vários campi dos Institutos Federais no Rio Grande do Sul de poderem contar com a proteção de um sindicato. Atualmente, a Adufrgs-Sindical representa os docentes de Porto Alegre. Segundo o professor Eduardo de Oliveira da Silva, lotado no IFRS Campus Feliz, os docentes da carreira EBTT estavam enfrentando dificuldades com o sindicato que representava a categoria e também os técnicos-administrativos. “Quando eu cheguei à cidade de Feliz, havia um descontentamento muito grande com esse outro sindicato



"A possibilidade de se afiliar a um sindicato que seja de docentes, deixou todos muito esperançosos de poder, finalmente, participar de uma luta sindical de verdade."

Eduardo de Oliveira da Silva,
professor do IFRS Campus Feliz

que atua de maneira muito dura e autoritária sobre os professores”, destaca. Para Eduardo, é “muito difícil, numa mesma luta sindical, juntar interesse de duas categorias tão diferentes”. A insatisfação acabou aproximando da Adufrgs os docentes do IFRS Campus Feliz. “A possibilidade de se afiliar a um sindicato que seja somente de docentes, deixou todos muito esperançosos de poder, finalmente, participar de uma luta sindical de verdade. Nós percebemos que um sindicato como a Adufrgs estaria nos representando muito melhor”, completa. Eduardo destaca que existe uma “grande demanda” de professores querendo migrar para o sindicato. “Por isso, estamos torcendo para que a alteração que está sendo proposta no estatuto do Sindicato seja aprovada na votação eletrônica”, afirma.

Também presente na Assembleia, o professor do IFRS Campus Osório, Jorge Brasil, destacou a importância da expansão da base para o próprio fortalecimento do Sindicato. Para ele, a Adufrgs será mais abrangente, representativa e com mais força política em um processo de negociação. “Já é um sindicato muito forte. Vai se tornar mais forte ainda”, afirma. Jorge informa que vem aumentando o número de filiações no município de Osório, no litoral gaúcho. Entre os benefícios de ser sindicalizado, o professor cita o apoio jurídico para temas de carreira, acesso facilitado para informações da categoria e respaldo sindical em situações de greve. Do IFSul-Riograndense Campus Sapucaia do Sul, um terço



"A Adufrgs será mais abrangente, representativa e com mais força política em um processo de negociação".

Jorge Brasil, professor do IFRS Campus Osório

dos professores participaram. O professor Pedro Carlos Hernandez Junior revela que era vontade antiga do Campus ter vínculo com um sindicato forte da região metropolitana, que é o caso da Adufrgs, com mais de 3,5 mil sindicalizados. Na visão de Pedro, o sindicato deve trabalhar, atender às demandas da categoria e ser transparente. "É a forma como a Adufrgs tem traba-

lhado que a gente acompanha", opina. O professor destaca ainda o trabalho do Proifes-Federação, na condução dos acordos junto ao governo, que, segundo ele, foi determinante para avanços tanto na carreira do Magistério Superior quanto no EBTT.

Alteração no estatuto

Para o registro no MTE desta ampliação da base territorial é necessário, além da ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovou esta proposta, o encaminhamento do estatuto do Sindicato com o texto devidamente adequado a esta nova situação.

Isto envolve incluir na alteração do estatuto – já necessária para a devida troca do endereço da sede do sindicato e pela proposta de uma nova composição da diretoria – a inclusão dos novos municípios que ora se agregam e de todos os artigos relacionados a esta nova situação.

"A ampliação de base territorial da Adufrgs significa tornar o sindicato ainda mais forte na sua política e na sua sustentação. Nossos professores filiados devem participar da votação eletrônica, pois o voto



"O sindicato deve trabalhar, atender as demandas da categoria e ser transparente".

Pedro Carlos Hernandez Junior, professor do IFSul-Riograndense Campus Sapucaia do Sul

deles será um voto de decisão e um voto solidário." afirma a presidente da Adufrgs, Maria Luiza Ambros von Holleben. Além disto, urge definir a modificação proposta para a composição da diretoria, de 9 para 11 membros com a definição de 13 cargos diretivos, uma vez que em breve teremos eleições para a próxima gestão do Sindicato. ■

Quando acontece a votação eletrônica?

De 3 a 31 de março de 2016

Onde votar?

No site da Adufrgs:
www.adufrgs.org.br

O que o associado precisa aprovar na votação eletrônica?

- Mudança do nome: A designação "Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre" será substituída por "Sindicato Inter-municipal dos professores de Instituições Federais de Ensino

Superior do Rio Grande do Sul".

- Ampliação da base territorial: Alteração do Artigo 1º do estatuto com a indicação dos municípios que irão integrar a base do sindicato e dos demais artigos que se referem a esta alteração.

- Troca de endereço: O atual da sede, Rua Otávio Correa 45, deve ser alterado para Rua Barão do Amazonas 1581, local da nova sede.

- Alteração do número de membros da diretoria e definição das

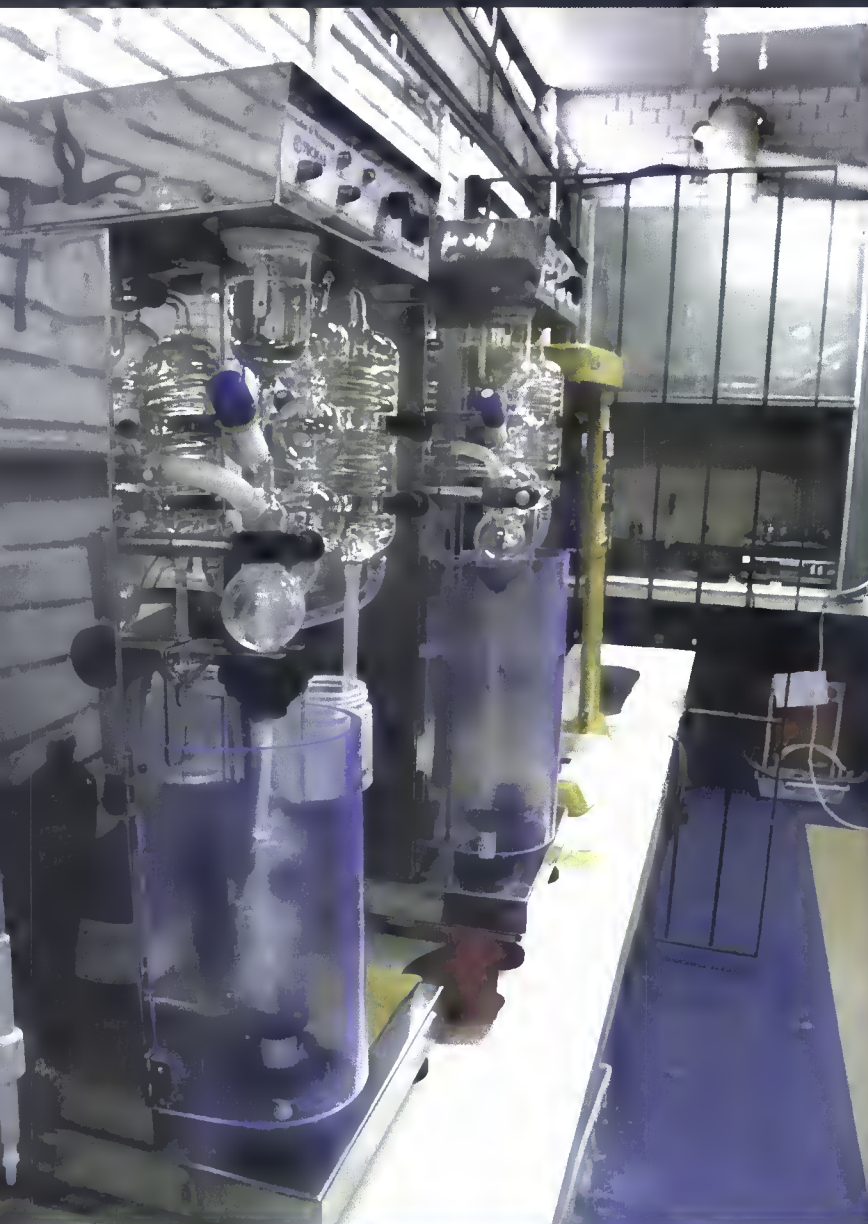
competências de cada cargo:

- Uma diretoria composta por onze (11) membros efetivos, não remunerados, assim designados: presidente; vice-presidente; 1º secretário; 2º secretário (e diretor social e cultural); 1º tesoureiro; 2º tesoureiro (e diretor de assuntos jurídicos); diretor de assuntos da carreira do magistério superior; diretor de assuntos da carreira do ensino básico, técnico e tecnológico; diretor de comunicação; diretor de assuntos de aposentadoria e previdência; diretor de relações sindicais.

Compartilhamento pode reduzir impacto de cortes orçamentários

Laboratórios multiusuários já são uma realidade

Por Araldo Neto



Em tempos de contingenciamento orçamentário, um dos caminhos para reduzir o impacto dos cortes nos investimentos é potencializar a gestão dos recursos disponíveis e a utilização dos equipamentos da Universidade. A reportagem da Revista Adverso ouviu professores das faculdades de Veterinária, Odontologia e Agronomia da Ufrgs, para saber de que forma o gasto com equipamentos poderia ser otimizado pela instituição. A constatação é que, enquanto faltam aparelhos em algumas unidades, em outras há duplicidades. Para os entrevistados, muitas dessas situações poderiam ser contornadas com diagnósticos prévios, incentivo à criação de laboratórios multiusuários e mais diálogo entre os docentes.

A professora da Faculdade de Veterinária, Ana Paula Ravazzolo, é crítica ao modelo de gestão aplicado na compra de equipamentos. Segundo ela, não há diálogo, no âmbito da unidade, para avaliar as necessidades em um contexto mais amplo. Com isso, os professores que recebem recursos, por vezes, adquirem equipamentos em duplicidade, que, em algumas situações, acabam sendo subutilizados. É o caso dos PCR em tempo real, um aparelho de detecção de DNA. Segundo a professora, há dois deles na Faculdade de Veterinária, quando apenas um atenderia a demanda. Existe exemplo de subutilização de equipamentos também na Faculdade de Agronomia. A professora do departamento de Zootecnia, Andrea Machado Leal Ribeiro, informa que um espectrofotômetro, destinado à análise de carnes, não pode ser utilizado pelo departamento, porque não há técnico responsável para rodar as amostras no aparelho. “Não é só comprar o aparelho, é preciso ter profissional capacitado para operá-lo”, constata.

Além da falta de pessoal para operar o equipamento, muitas vezes, o que falta é infraestrutura para o seu funcionamento. Nas faculdades de Odontologia e Veterinária, pesquisas que precisam ser armazenadas dentro de freezers com temperatura de -80°C correm o risco de ser perdidas pela falta de uma ligação elétrica com o gerador das unidades. O diretor da Faculdade de Odontologia da Ufrgs, Pantelis Varvaki Rados, conta que, recentemente, houve perda de experimentos após um temporal deixar a faculdade sem energia por um longo período. Na Veterinária, o mesmo problema, pelo mesmo motivo, vem ocorrendo. A Faculdade de Veterinária possui três freezers -80°C , mas um deles está estragado há quase um ano, aguardando recursos para seu conserto. “Isso também é uma questão de gestão. Se a gente conversasse antes, para garantir a infraestrutura, esse equipamento não estaria parado” afirma Ravazzolo. Na visão da professora, a precipitação na aquisição dos equipamentos é decorrência dos prazos exíguos para a utilização de verbas liberadas e, também, pela falta de comunicação entre setores da universidade. “Talvez alguns equipamentos que existem aqui na Veterinária, ou em qualquer outro local, tenham sido fruto dessa urgência. Talvez aquele professor que comprou determinado equipamento, não sabia que outro setor possuía o mesmo



Ana Paula: limitação de rede elétrica prejudica funcionamento de equipamentos na veterinária.

equipamento. É um conjunto de fatores sobre os quais nós devemos nos debruçar para resolver o problema de infraestrutura”, destaca.

O desconhecimento da relação dos equipamentos que a Universidade possui, por vezes, atrapalha os pesquisadores. A professora Andrea, por exemplo, não sabe se a Ufrgs possui um equipamento HPLC, utilizado para quantificar aminoácidos em um alimento. “Seria muito bom se eu soubesse e se pudesse utilizá-lo”, afirma. Segundo ela, o ideal é que os equipamentos estivessem à disposição em uma central analítica. A professora do Departamento de Zootecnia lembra que, certa vez, quando coordenava o laboratório de nutrição animal, estragou um equipamento que analisa as proteínas do alimento, vital para o seu trabalho. Andrea foi se socorrer em um laboratório vizinho na Zootecnia, que casualmente tinha o mesmo aparelho. “Não sei se em outra unidade eu teria encontrado a mesma facilidade. Não que eles tenham má vontade, mas eu não conheço as pessoas, não conheço o laboratório, os equipamentos. É difícil chegar e dizer que se está precisando de um aparelho”, opina.



Pantelis: uso compartilhado dos equipamentos é realidade na odontologia.

Laboratório multiusuário como alternativa

O conceito de laboratórios multiusuários é algo que vem crescendo na Faculdade de Odontologia da Ufrgs. Segundo o diretor, professor Pantelis Varvaki Rados, existem pelo menos três operando na unidade, o que reduz as queixas de professores. “A gente é bastante solidário no compartilhamento das nossas facilidades de infraestrutura”, afirma. Pantelis cita como exemplo os laboratórios de bioquímica e microbiologia (Labim) e o de materiais dentários (Lamad), ambos idealizados para que diferentes áreas de pesquisa possam usufruir dos mesmos espaços. É o caso do aparelho Raman, utilizado na análise dos constituintes químicos de uma amostra, que atende uma multiplicidade de pesquisas da Odontologia.

Na Faculdade de Agronomia, o compartilhamento de equipamentos é feito através de iniciativa de grupos de pesquisadores. No Laboratório de Ensino Zootécnico (Lezo), a professora Andrea Machado Leal Ribeiro destaca que as ações em equipes são privilegiadas, o que possibilita a utilização de equipamentos adquiridos pelos colegas. “Isso foi uma ação nossa, sem que a instituição nos ajudasse ou nos favorecesse nesse sentido. É uma atitude individual de querer trabalhar em grupo”, destaca. Já na Faculdade de Veterinária, o conceito de laboratório multiusuário parece não prosperar. A pro-

fessora Ana Paula Ravazzolo lembra que ela mesma, junto com outro colega, solicitou recursos para aquisição de equipamentos multiusuários através do Ctinfra, fundo setorial de Ciência e Tecnologia para financiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. A decisão, contudo, foi pela compra de equipamentos para um docente ou para um laboratório, não estando acessíveis a todos. “Talvez, se nós tivéssemos sentado para fazer uma proposta unificada, teríamos recebido recurso para equipamentos de uso comum”, acredita.

Para melhorar a gestão de recursos, Ana Paula afirma que seria necessário um “agente motivador” do diálogo entre os professores, para que prosperasse “uma mentalidade de uso comum” dos recursos da Universidade. “Eu já tentei fazer esse papel, mas é muito difícil. Com a idade, a gente vai cansando”, lamenta, mas não desiste: “Um agente motivador que fosse mais forte do que eu seria muito bem vindo!” Por sua vez, a professora Andrea acha que a própria Universidade deveria criar canais de interação entre os professores, como um webmail interno ou chat, através dos quais se pudesse compartilhar experiências que estão sendo realizadas e, também, a utilização de equipamentos entre as unidades da Ufrgs. “A cultura da Universidade é individualista. Somente por atitudes pontuais é que se trabalha em equipe. Muitas vezes, temos melhor relação com universidades de fora do que nossos colegas, internamente”, critica.



Andrea: Ufrgs poderia criar canais para incentivar o uso comum dos equipamentos.

Processo eletrônico facilitará progressão e promoção dos docentes

por Araldo Neto

Uma boa notícia para os docentes da Ufrgs. Os processos de solicitação de promoções e progressões funcionais dos professores serão feitos de maneira eletrônica a partir de abril, de acordo com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp). A medida é uma demanda da Adufrgs-Sindical, encaminhada à Universidade no começo do ano passado. A mudança vai agilizar os trâmites para promoção e progressão, além de permitir que os professores acompanhem online o andamento dos processos.

A partir de 4 de abril, uma série de processos encaminhados via Progesp passarão a ser feitos de maneira eletrônica. Em vez de papel e burocracia, o docente poderá fazer tudo por meio de um computador. O pró-reitor de Gestão de Pessoas da Ufrgs, Maurício Viegas da Silva, afirma que o novo modelo vai ganhar muito em agilidade, pois todo o trâmite será feito por meio eletrônico, incluindo assinaturas e autorizações. Outra vantagem é que a informatização vai reduzir o tempo utilizado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e pelas comissões das unidades no processo de avaliação e concessão das progressões e promoções. Os mesmos documentos exigidos nos processos em papel serão digitalizados e anexados por meio eletrônico.

A Adufrgs-Sindical acompanha de perto esses movimentos há mais de um ano. Em fevereiro de 2015, a diretoria do sindicato, acompanhada pela presidente do CPPD, Vera Catarina Portella, apresentou, em reunião com o reitor da Ufrgs, Carlos Alexandre Netto, pedido para que a Universidade passasse a informatizar seus processos de solicitação. Desejo de muitos filiados, a Adufrgs cobrou que a demanda fosse encarada como prioridade dentro da Universidade. O primeiro secretário do sindicato, Ricardo Savaris, enfatiza que a missão da Adufrgs é facilitar a vida do professor como profissional e nas suas atividades. “O tempo que perdemos juntando papéis, comprovação daquilo que fizemos, para depois documentar e encaminhar para três, quatro grupos, é uma coisa insana. Principalmente, por algo que é direito nosso, que é a progressão”, comenta. Savaris lembra que o sistema já funciona, há muito tempo, entre os funcionários e que “é um grande avanço proporcionar isso também para os professores”.

Além dos processos de progressão e promoção de docentes por avaliação, a plataforma digital vai possibilitar que outros procedimentos também sejam feitos online:

progressão de docentes por titulação, estágio probatório, licença para acompanhamento de cônjuge, adicional noturno, contagem de tempo de contribuição, afastamento de longa duração dos docentes para fazer mestrados e doutorados, seleção de professores substitutos, concurso docente, remoção de técnicos administrativos, adicional de insalubridade, periculosidade, adicional de serviço extraordinário e alteração de regime de trabalho docente. Maurício Viegas da Silva informa que a Ufrgs tem investido na racionalização e informatização de processos de trabalho de todos os vínculos que possui. No caso da Progesp, o investimento tem sido concentrado na sistematização de processos, como os de afastamento, que levam em torno de uma semana para serem autorizados, enquanto, antes da informatização, levavam cerca de dois meses. “Hoje, nós estamos com todo o acervo funcional dos servidores informatizado. Eles foram digitalizados e encontram-se disponíveis para os servidores, o que traz tranquilidade e agilidade”, afirma.

De acordo com o pró-reitor, a Ufrgs é a primeira universidade do País a aderir ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI). O SEI foi criado e desenvolvido por servidores do Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF4) e é cedido, sem custos, para outras instituições públicas. O sistema permite a transferência da gestão de documentos e processos adminis-



Reunidos com o reitor da Ufrgs, em 2015, diretores da Adufrgs e a presidente do CPPD encaminharam demandas dos docentes.

trativos para um ambiente virtual. Com a ferramenta, a tramitação de expedientes, desde a criação, a edição, a assinatura até o armazenamento, é realizada por meio eletrônico.

A pró-reitoria de Gestão de Pessoas da Ufrgs orienta que o professor que estiver próximo de completar o interstício, para avanço de classe, abra processo com um ou dois meses de antecedência. A medida busca evitar que docentes acabem deixando para depois o que podem dar entrada até antes de vencer o período legal. Após revisão dos membros da CPPD, estando tudo adequado aos requisitos, o órgão encaminha à administração um parecer para que seja emitida a Portaria. Atualmente, a data de cumprimento do interstício vale para contagem do próximo período e a data de homologação pela CPPD vale para fins financeiros. No entanto, conforme acordo entre o Proifes-Federação e o Governo Federal, no ano passado, o efeito financeiro da progressão e da promoção ocorrerá a partir da data em que o docente cumprir o interstício e os requisitos estabelecidos em lei para o desenvolvimento na carreira. O Proifes e a Adufrgs continuam em contato permanente com o Ministério do Planejamento e o Ministério da Educação para acompanhar o encaminhamento deste item do acordo, que não depende de Lei. ■

Progesp alerta aposentados e pensionistas para necessidade de recadastramento

Os servidores aposentados e pensionistas precisam fazer um recadastramento anual, como prova de vida. No entanto, o Ministério do Planejamento só vem divulgando essa necessidade por meio eletrônico. "Isso tem causado muita dificuldade para os servidores. As pessoas esquecem por não serem alertadas", afirma o pró-reitor de Gestão de Pessoas da Ufrgs, Maurício Viegas da Silva. Como providência para anular esse desconforto, a Progesp está fazendo um filtro nos seus dados e encaminhando uma correspondência para a casa dos servidores que ainda não fizeram recadastramento anual. O recadastramento deve ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil ou da Caixa. É necessário levar documento de identidade com foto e CPF.



Pesquisadora quer mostrar os caminhos para Ufrgs crescer em rankings

Por Araldo Neto

A professora Samile Andrea de Souza Vanz vai passar o ano inteiro na Espanha com uma missão: propor estratégias específicas para elevar o desempenho da Ufrgs nos rankings que avaliam o desempenho das universidades brasileiras e internacionais. Vinculada ao Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Samile fará um pós-doutorado na universidade Carlos III de Madri. Segundo a professora, a Ufrgs não está bem colocada nos rankings, mas a instituição poderia subir nas avaliações com pequenos ajustes no seu perfil de trabalho. “Já sabemos quais são os critérios que precisam ser melhorados. A ideia da pesquisa é esmiuçar bem cada um dos pontos”, destaca.



UFRGS REITORIA
1924-2004



A Ufrgs não tem uma diretriz de produção intelectual estabelecida, o que acaba gerando alguns erros dos professores na hora de fazer suas publicações. Como exemplo, a professora cita que o nome da Universidade aparece das mais diversas formas nos trabalhos. Há quem escreva por extenso, abreviado e até em inglês. “Essa discrepância de nomes que aparece na filiação institucional dos autores gera uma perda de dados muito grande. As bases de dados indexadoras desses artigos não conseguem dar conta de reunir todos. Elas não percebem que essas variações dizem respeito à mesma instituição”, explica. Uma simples diretriz institucional para definir como o pesquisador deve escrever o nome Ufrgs em seus artigos faria a Universidade aparecer com mais publicações nos indicadores, garantindo uma evolução nos rankings. E o melhor: a medida não onera em custos a Universidade.

O número de artigos publicados nas revistas Science ou Nature aparece como critério de avaliação em rankings, como é o caso do Academic Ranking of Word Universities (ARWU). Para a professora, deveria haver um incentivo via Pró-reitoria de Pesquisa para publicações nessas revistas, estabelecendo metas anuais. “Essa também é uma medida simples. Nós não atingimos simplesmente porque não há planejamento”, afirma. Samile informa que, em 2014, aconteceu uma reunião com o pró-reitor de pesquisa da Ufrgs para tratar do tema. No entanto, nada foi implantado até o momento. Na opinião da

grupo de indicadores observados. A pesquisa também vai buscar identificar os fatores de impacto, que podem elevar o desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais. De acordo com a professora, há uma forte preocupação, no Brasil, com a produtividade científica, o que redunde em grande número de artigos publicados. No entanto, este não é o único fator de impacto no desempenho das universidades, na medida em que se utilizam vários outros indicadores, como o número de citações, o número de artigos publicados em revistas científicas famosas, o percentual de alunos e professores estrangeiros, entre outros. “A complexidade embutida nas propostas de mensuração de cada um dos rankings fortalece a necessidade do estudo individual de cada um deles para compreender o posicionamento das instituições brasileiras”, esclarece.

O trabalho de pesquisa no pós-doutorado será executado no Laboratório de Estudos Métricos de Informação (LEMI), vinculado ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Carlos III de Madri. Entre as pesquisas realizadas no laboratório se destacam a avaliação da atividade científica de universidades espanholas, avaliação da inovação de instituições espanholas, metodologias estatísticas e softwares que possibilitem o desenvolvimento de novos indicadores bibliométricos aplicáveis a diferentes contextos. A estrutura será utilizada por Samile durante a sua pesquisa. A definição de

professora, isso ocorre porque a universidade ainda não percebeu a importância das avaliações quantitativas, bibliometria e rankings universitários, assuntos que são relativamente novos no cotidiano acadêmico.

Entre os objetivos específicos do trabalho de pós-doutorado, a professora Samile pretende analisar o posicionamento da Ufrgs e identificar pontos onde o desempenho é fraco e as suas causas, em cada um dos rankings. Ao final, a meta é propor estratégias específicas para elevar o desempenho da Ufrgs em cada

dimensões e indicadores de avaliação importantes para as universidades espanholas serão adaptados à realidade brasileira. Assim, será possível levantar dados como o volume de professores, alunos, cursos, teses e dissertações defendidas, prêmios obtidos, produção e colaboração científica, citações, depósito de patentes, volume de projetos financiados. “É um método de trabalho que ainda não temos no Brasil”, informa. Segundo ela, São Paulo está um pouco mais desenvolvido através da Fapesp, já que conta com uma publicação que se chama indicadores de pro-

dução científica e tecnológica do Estado de São Paulo. “É algo que deveríamos verificar a necessidade de se implantar aqui no Brasil”, opina. Os dados da Ufrgs serão obtidos através dos conteúdos e relatórios disponíveis no site da instituição ou junto às pró-reitorias de pesquisa, extensão, graduação e pós-graduação. Dados de produção, colaboração e citação serão obtidos em bancos de dados como Web of Science, Scopus e Scielo.

Segundo Samile, a Ufrgs já conta com um grupo de pesquisa especializado em comunicação científica e bibliometria, que é considerado um dos principais do Brasil. No entanto, o trabalho deste grupo não está sendo aplicado na universidade. “No momento que conseguirmos trabalhar em prol da Ufrgs, certamente conseguiremos dar uma visibilidade muito maior para o nome da nossa Universidade. Isso significa mais recursos, mais financiamento para pesquisa”, afirma. De acordo com a professora, pesquisadores da USP e Unicamp trabalham estrategicamente com pesquisa bibliométrica para conseguir melhorar

suas posições nos rankings. Não por acaso, as duas universidades são as mais bem colocadas entre as brasileiras nos principais rankings do mundo.

A Ufrgs nos principais rankings universitários

No QS World University Rankings 2015-2016, a Ufrgs aparece na 4ª colocação entre as universidades brasileiras, ficando atrás apenas da USP, Unicamp e UFRJ. Está entre a posição 451 e 460, no mundo. O ranking britânico leva em consideração alguns indicadores, como reputação acadêmica e dos empregadores, qualidade do ensino (professor por aluno), citações por docentes e proporção de professores e estudantes estrangeiros. O ranking é liderado pela norte-americana Massachusetts Institute of Technology (MIT). Já no Academic Ranking Universities (ARWU) de 2015, a Ufrgs figura entre a 401ª e 500ª posição, junto com a Federal de Minas Gerais (UFMG). À frente da universidade gaúcha, estão



Samile: uso padrão do nome Ufrgs ajudaria universidade a melhorar indicadores.

a USP (100^a-150^a), a UFRJ, a Unesp e a Unicamp. As três últimas ficaram no grupo entre a 301^a e a 400^a posição. Seis indicadores são utilizados para classificar as instituições, incluindo o número de ex-alunos e docentes ganhadores de Prêmios Nobel, número dos pesquisadores mais citados, número de artigos publicados nas revistas Nature e Science, número de artigos indexados no Science Citation Index – Expanded e Social Sciences Citation Index e a performance de pesquisa per capita relativa ao tamanho da instituição. O ranking chinês é liderado por Harvard (Estados Unidos).

No ranking britânico Times Higher Education (THE) apenas duas universidades brasileiras aparecem entre as 400 melhores (USP e Unicamp). A Ufrgs figura apenas entre a 600^a e 800^a posição. A lista é liderada pela norte-americana California Institute of Technology. No Brasil, o ranking universitário da Folha (RUF) realiza a avaliação das universidades do País. Tendo como base critérios como, ensino, pesquisa, mercado, inovação e internacionalização, a Ufrgs foi considerada a 5^a melhor universidade brasileira, atrás da USP, UFRJ, UFMG e Unicamp. ■

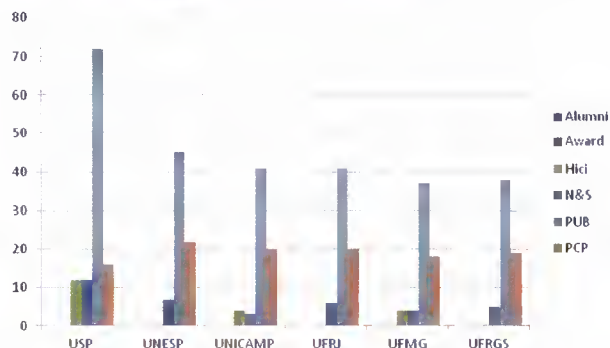
Ranking Universitário da Folha 2015

| Universidade | Ensino | Pesquisa | Mercado | Inovação | Internacionalização | Nota |
|--------------|--------|----------|---------|----------|---------------------|-------|
| 1° USP | 7° | 1° | 1° | 1° | 5° | 96,94 |
| 2° UFRJ | 3° | 3° | 3° | 5° | 3° | 96,74 |
| 3° UFMG | 1° | 7° | 2° | 3° | 9° | 96,39 |
| 4° UNICAMP | 6° | 2° | 7° | 2° | 13° | 95,68 |
| 5° UFRGS | 2° | 4° | 14° | 6° | 11° | 95,32 |
| 6° UNESP | 11° | 6° | 11° | 7° | 23° | 92,45 |
| 7° UFSC | 5° | 9° | 20° | 8° | 14° | 92,04 |
| 8° UFPR | 9° | 12° | 14° | 4° | 21° | 90,91 |
| 9° UNB | 4° | 14° | 20° | 10° | 11° | 90,60 |
| 10° UFPE | 10° | 17° | 7° | 12° | 28° | 89,47 |

Ranking ARWU 2015 - Universidades Brasileiras

| Posição País | Instituição | Ranking Mundial |
|--------------|---|-----------------|
| 1 | Universidade de São Paulo | 101-150 |
| 2-4 | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 301-400 |
| 2-4 | UNESP | 301-400 |
| 2-4 | Universidade Estadual de Campinas | 301-400 |
| 5-6 | Universidade Federal de Minas Gerais | 401-500 |
| 5-6 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 401-500 |

Pontuação obtida nos indicadores do ranking ARWU 2015



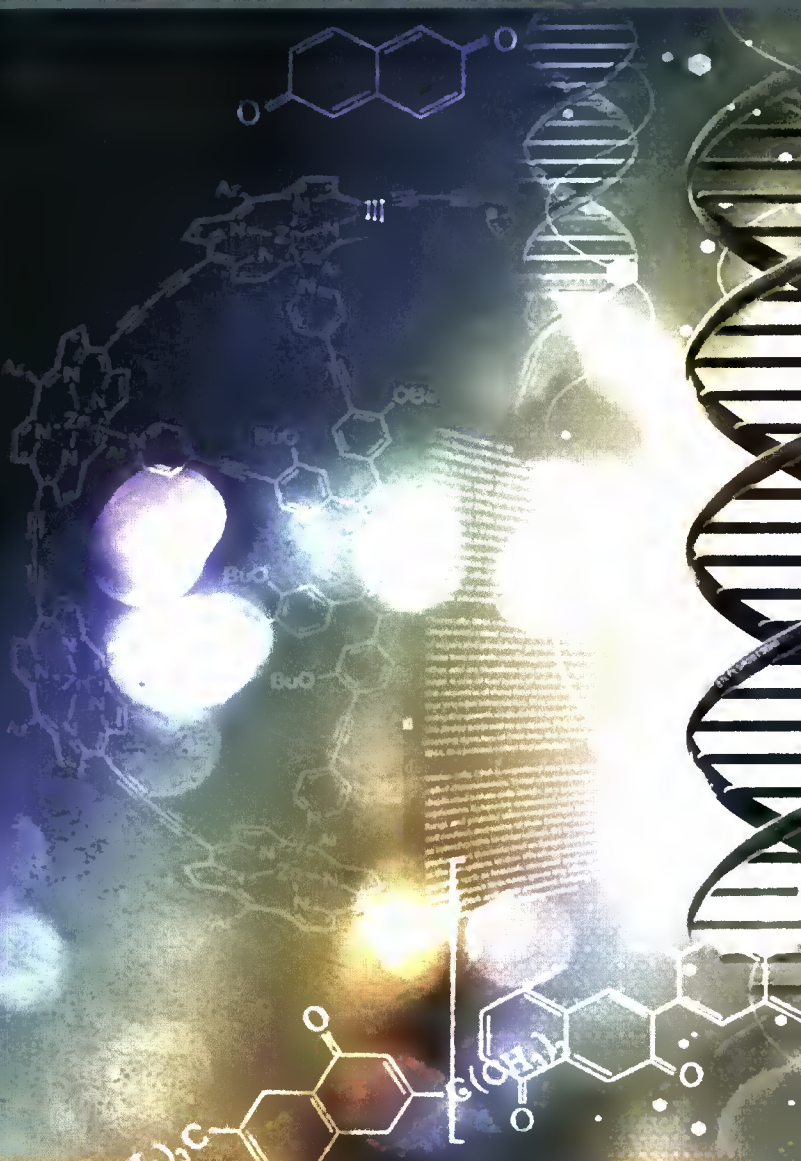
Alumni: alunos prêmio Nobel ou medalhas Fields; **Award:** professores prêmio Nobel ou medalhas Fields; **HiCi:** pesquisadores altamente citados; **N&S:** artigos publicados na Nature ou Science; **PUB:** publicações Web of Science; **PCP:** desempenho acadêmico de acordo com o tamanho da instituição

Setor pleiteia exclusão dos vetos ao Marco de Ciência e Tecnologia

Profissionais e entidades de pesquisa e inovação tentam reverter, no Congresso, oito pontos da nova legislação.

por Adriana Lampert

A comunidade científica está satisfeita, mas com ressalvas: ainda há uma “pedra no caminho” do desenvolvimento da pesquisa no País, alegam profissionais e entidades ligadas ao setor. Mesmo reconhecendo a importância do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), sancionado pela presidente Dilma Rousseff, em 11 de janeiro de 2016, associações e conselhos de fundações de fomento à pesquisa e ao progresso da ciência têm pleiteado junto ao Congresso Nacional a exclusão dos vetos do governo ao texto original. “A matéria irá novamente à votação – ainda não se sabe quando –, mas o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) acredita que a ação da comunidade científica deve conseguir reverter os oito pontos vetados, inserindo-os na legislação”, comenta o diretor do Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos (CGTRQ) do Instituto de Química (IQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira.



“Esperamos que o Congresso retome e não considere os vetos do governo, para que se possa avançar efetivamente neste campo, permitindo, por exemplo, que as instituições tenham maior autonomia nos contratos e aquisições de equipamentos”, reforça a Doutora em Química e ex-diretora presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), Nádyá Pesce da Silveira. É que o governo negou dar autonomia gerencial e financeira para as universidades desenvolverem suas pesquisas, o que, segundo crítica da Confederação Nacional da Indústria (divulgada na imprensa) tira a isonomia que havia sido estabelecida entre instituições públicas e privadas que se dedicam a projetos de investigação científica.

E pelo menos outros três vetos colaboram para este aspecto (dois relacionados à isenção de impostos – em bolsas de pesquisa e importação de equipamentos – e um terceiro que desautoriza a dispensa de licitação para contratação de empresas de micro, pequeno e médio portes). A medida também aumenta a burocracia na relação entre órgãos públicos e privados, afirmam representantes da iniciativa privada. Nádyá destaca que, por conta da existência de um Grupo de Trabalho (GT) que criou o texto original do projeto de lei – coordenado pelo deputado Sibá Machado (PT-AC) –, existia uma expectativa forte de que o novo código fosse sancionado sem alterações. “Tudo leva a crer que o que pesou foi a questão financeira, pois, a partir de alguns pontos suspensos, haverá garantia de arrecadação de impostos pela União”, comenta Nádyá. Ela se refere aos vetos às isenções e reduções de impostos para empresas que importarem equipamentos, materiais e insumos destinados a pesquisas e à normatização que exige que as bolsas que forem concedidas por empresas a partir do novo marco terão de pagar contribuição previdenciária.

Um ponto positivo é que as bolsas de pesquisa concedidas por universidades ligadas ao governo federal ficam isentas da contribuição previdenciária, observa o professor aposentado e diretor-presidente da Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande do Sul (Faurgs), Sergio Nicolaiewsky. O texto original previa ainda que bolsas de projetos de pesquisa e desenvolvimento executadas em parceria com empresas e órgãos governamentais não fossem taxadas pelo fisco. “Observa-se que estes vetos têm origem na justificativa apresentada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPog), de onde, inclusive, partiu a recomendação à presidente de que

fosse retirado do artigo o trecho que ampliava a autonomia gerencial e financeira das instituições públicas de tecnologia”, afirma o presidente do Proifes-Federação.

“Por outro lado, a nova lei permite que tenhamos uma maior facilidade nas compras necessárias para tocar os projetos, de maneira ágil, o que interfere positivamente na qualidade da pesquisa”, comenta Rolim. O diretor do CGTRQ/IQ/Ufrgs resalta que o novo marco desamarra as instituições e o trabalho dos pesquisadores no que se refere à uma maior flexibilidade em processos licitatórios e à ampliação do tempo máximo que os professores universitários poderão dedicar a projetos de pesquisa e extensão.

O Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação alterou o artigo 21 da Lei 12.772/2012, que regula a Dedicação Exclusiva (DE) nas carreiras do Magistério Federal, incluindo a possibilidade de pagamento de bolsa de ensino, pesquisa e extensão por parte das Fundações de Apoio credenciadas pelas instituições universitárias. Estes aspectos positivos são uma unanimidade entre os docentes: além de desburocratizar os sistemas de licitação, compra e importação de produtos destinados à pesquisa científica e tecnológica – alterando a Lei de Licitações (8.666/93) –, dispensando a obrigatoriedade de licitação para aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, o código permite, entre outras novidades, que professores em regime DE participem, com remuneração, de pesquisas dentro de empresas e que laboratórios universitários sejam usados pela indústria para o estudo e criação de novas tecnologias.

Pessoalmente, Eduardo Rolim afirma que a nova legislação terá um reflexo positivo em seu trabalho no CGTRQ. “Quando criei um laboratório de purificação de solventes dentro do Centro, levei praticamente um ano para gastar R\$ 200 mil na montagem do laboratório – e tem coisas que até hoje não foram entregues”, exemplifica. “Agilizar os processos é fundamental, e acredito que agora isso vai acontecer. Antes, com o passar do tempo, algumas empresas quebravam, mudavam de razão social e sequer entregavam o produto. Muitas se credenciam sem ter capacidade de suprir a demanda. Ficávamos amarrados para comprar equipamentos, pois somos obrigados a comprar pelo menor preço. E dentro da pesquisa científica, um equipamento de calibração, por exemplo, tem que ser de qualidade absoluta”.

“Os pesquisadores, de um modo geral, estão



contentes, apesar dos vetos”, considera o diretor-presidente da Faurgs. “De qualquer maneira resolve uma série de pontos que engessavam a atividade de pesquisa desenvolvida por professores”. A antiga legislação estipulava uma carga horária máxima de 140 horas/ano para docentes inclusos na atividade de pesquisa. “Com o Marco, este limite passou para 8 horas semanais, o que ampliou bastante o tempo que poderá ser dedicado aos trabalhos do setor, principalmente os financiados com recursos privados”, aponta Nicolaiewsky. Ele destaca que em geral, grande parte dos pesquisadores recebe recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – órgão público de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, sediada no Rio de Janeiro.

Documento representa nova fase para a pesquisa e inovação tecnológica

Na cerimônia de sanção do novo marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, destacou que o documento representa “o início de uma nova fase para a pesquisa e inovação tecnológica no Brasil”. Além de aumentar o valor máximo para compra de materiais sem licitação, o Marco Legal também altera o inciso 4º, do artigo 21, da Lei 12.772/2012, que trata da DE, ampliando a carga horária máxima permitida anualmente para projetos de ensino, pesquisa e extensão, de 120 horas (mais 120, desde que autorizadas) para 416 horas, ou 8 horas semanais, para o desenvolvimento de projetos desta

natureza, inclusive de inovação, sem prejuízo da Dedicação Exclusiva.

Esses dois fatores interferem diretamente na atividade desenvolvida por docentes e também na própria pesquisa, uma vez que universidades públicas e empresas privadas poderão trabalhar de forma muito mais próxima a partir de agora. Foi preciso a modificação de nove leis, após uma longa discussão com a comunidade científica e empresarial, que durou cinco anos. De 2010 a 2015, mais de 60 entidades ligadas ao setor foram ouvidas, até se chegar à Emenda Constitucional 85, que alterou e adicionou dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. “É um marco relevante, porque avança no controle das atividades, embora deixe a desejar em alguns aspectos”, afirma o secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), José Vicente Tavares dos Santos.

Outros destaques positivos da legislação são as regras simplificadas para importação de material de pesquisa e a permissão para que universidades e institutos de pesquisa compartilhem o uso de seus laboratórios e equipes com empresas, para fins de pesquisa (desde que isso não interfira ou conflite com as atividades da própria instituição). Também permite que a União financie, faça encomendas diretas e até participe de forma minoritária do capital social de empresas com o objetivo de fomentar inovações e resolver demandas tecnológicas específicas do País, e possibilita que as empresas envolvidas nesses projetos mantenham a propriedade intelectual sobre os resultados (produtos) das pesquisas. “Anteriormente,

pela Lei de Licitações, era proibido que o autor do projeto básico de uma obra pudesse executar a mesma, o que agora é possível”, explica Rolim. “Outra coisa importante é que com a alteração da Lei de Inovação Tecnológica (10.973/2004), agora as fundações podem participar da gestão dos projetos de maneira que um professor DE possa ser remunerado como gestor de instituições como estas, e isso é muito importante.”

O documento também termina com a polêmica que girava em torno da pesquisa, uma vez que professores de universidades ligadas a empresas para desenvolvimento de projetos acabavam ficando em situação irregular, porque trabalhavam com dedicação exclusiva, e não podiam receber legalmente pela atividade de pesquisa tecnológica. “Isso, em alguma medida, já havia sido resolvido na adequação da carreira”, ressalta Oliveira. Apesar de reconhecer certa flexibilidade na Lei, o diretor-presidente da Fapergs, Sergio Nicolaiewsky, não considera o Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação uma grande mudança. “Regula a atividade de pesquisa, uma vez que muita coisa estava sendo feita graças à coragem dos professores e do apoio da Universidade, porém sem um respaldo legal”, justifica.

País ainda importa mais do que transforma conhecimento em produto

O Brasil ainda é um país que produz pouca tecnologia, apesar de sua ciência ser de qualidade, observa o diretor do Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos (CGTRQ) do Instituto de Química da Ufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira. Ele destaca que o número de patentes e de produtos de alta tecnologia, bem com fármacos e de tecnologia da informação

ainda é baixo. “Tudo vem de fora: automóveis, remédios, telefones celulares.” Em parte, porque ainda é mais fácil patentear um produto no exterior do que no mercado interno, completa a pesquisadora Nádyá Pesce da Silveira, que presidiu a Fapergs durante quatro anos e acompanhou todo o processo de elaboração do projeto de lei para o novo Marco da Ciência e Tecnologia.

A docente lamenta que a nova lei não amplie a possibilidade de um pesquisador patentear produtos de sua autoria, uma vez que este processo deve estar vinculado a uma instituição pública de pesquisa científica e tecnológica (ICT). “Na forma como está, a transformação do conhecimento em produto ainda é muito lenta. Os pesquisadores precisam contar com uma maior agilidade das ICTs na qual trabalham.” Já o secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), José Vicente Tavares dos Santos, entende que a legislação, ao regular a relação da universidade com a iniciativa privada, impulsiona o desenvolvimento de produtos na indústria brasileira, promovendo maior competitividade internacional e tornando rentável, para as empresas, o investimento em inovação. “Mas ainda é preciso pensar em uma estratégia para alavancar a inovação”, acredita.

Recentemente, a SBPC Regional Sul entregou ao deputado Sibá Machado (PT-AC) algumas sugestões para impulsionar a atividade, onde propõe uma interação entre as dimensões sociais, econômicas, científicas e tecnológicas para uma estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação. Entre os temas estratégicos, estão: água, alimentos, energia, cidade digital, saúde, bioeconomia e tecnologias convergentes.



Confira as sugestões da SBPC Regional do Rio Grande do Sul para uma estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI):

Articulação de Políticas - A ENCTI se articula com as demais políticas de Estado e com os vários atores do Sistema Nacional de CT&I.

- ▶ Estreitar a vinculação com as Universidades na formulação da agenda, implementação dos planos setoriais e no monitoramento e avaliação das políticas públicas.
- ▶ Incluir entre os atores a Confederação das Fundações de Apoio à Pesquisa (Confap).
- ▶ Incluir as Políticas de Segurança Pública, com um elenco de temas: estudos sobre a violência e a criminalidade; compreensão dos atores políticos e sociais envolvidos; análise da cultura da violência; currículos da educação policial; participação das Universidades; e construção de uma cultura da paz na sociedade brasileira; Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública e a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), em convênio com universidades.
- ▶ Incluir como prioritário a retenção e atração de novos talentos de recursos humanos, bolsas de

recém-doutor, abertura de concursos nas Universidades e instituições científicas.

Tecnologias Críticas e Campos Científicos Emergentes.

- ▶ Incluir a contaminação emergente da água.
- ▶ Incluir os Massive online computer courses - MOCC (Cursos por meio de computador, online e massivos) em Tecnologias Digitais.
- ▶ Incluir o tema Violência e Segurança Cidadã, alegando ser um campo interdisciplinar desenvolvido na Universidade, com ampla produção científica, e com uma rede de ONGs que trabalham sobre o tema.
- ▶ Substituir o tema "Envelhecimento da Sociedade" por "Dinâmica das Populações: Juventude e Idosos – problemas e oportunidades criativas".
- ▶ Substituir "Biotecnologia/bioeconomia" por "Desenvolvimento Sustentável".

Desenvolvimento de produtos irá depender da iniciativa privada

Nos últimos 20 anos, muita empresa já quis, mas não conseguiu desenvolver produtos a partir de pesquisas realizadas no mercado interno, porque o mecanismo de transferência do conhecimento não era defendido pela legislação brasileira. A expectativa é que com o novo Marco Legal da Ciência e Tecnologia este cenário mude. Mas não será do dia para noite. "Antes, eram muitas amarras e dificuldades para fazer pesquisa. A lei tenta diminuir estas lacunas, mas isso não significa que a partir daí teremos maior número de patentes", observa o presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira. Ele critica que no Brasil as empresas privadas ainda invistam muito pouco em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ao contrário da Coreia do Sul, por exemplo, onde 0,07% PIB vem deste campo. "Não é de graça que temos a LG, a Samsung, entre outras, dominando nosso mercado."

Na opinião do dirigente, o primeiro passo foi dado. Agora depende de como o setor privado irá agir. "Em geral, as empresas querem resultados imediatos, mas pesquisa leva tempo – muitas vezes uma década para entrar no mercado, a exemplo dos princípios ativos farmacêuticos", acrescenta Rolim, destacando que os investimentos são nas cifras de milhões de reais.

Já se avançou muito na pesquisa científica na área de conhecimento, onde o Brasil tem um grande volume de publicações, artigos e livros bastante reconhecidos. Mas é preciso transformar isso em produtos e processos, que possam ser utilizados pela comunidade em geral, concorda Nádyá Pesce. "A ciência alcançou um patamar bom e tem crescido, mas precisamos que este conhecimento seja transferido dentro do próprio País. O que ocorre é que ele tem sido repassado para outros países, onde há legislações que facilitam", explica. "No entanto, isso é estratégico para o Brasil", concorda Rolim. ■

Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (LEI Nº 13.243)

Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera nove leis nos termos da Emenda Constitucional Número 85, de 26 de fevereiro de 2015 (que modifica e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação)

O que muda:

Lei 6.815/1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Vistos temporários agora podem ser concedidos a estrangeiros na condição de beneficiário de bolsa vinculada a projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação concedida por órgão ou agência de fomento.

Lei 8.010/1990, de importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica. Com a mudança, as isenções de impostos previstas para importação de máquinas e equipamentos aplicam-se somente às importações realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por cientistas, por pesquisadores e por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) ativos no fomento, na coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica, de inovação ou de ensino e devidamente credenciados pelo CNPq.

Lei 8.032/1990, de isenção ou redução de impostos de importação. A partir do Marco Legal, as isenções e reduções do imposto de importação se aplicam às importações realizadas por ICTs e por empresas na execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Lei 8.666/1993, sobre normas para licitações e contratos da Administração Pública. O Marco Legal cria uma exceção que dispensa licitações para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento. Com isso, os pesquisadores podem

comprar diretamente os produtos mais adequados para suas pesquisas, sem que necessariamente sejam os de menores preços.

Lei 8.745/1993, de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Novo Marco inclui a admissão de pesquisadores e técnicos para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação como uma necessidade de excepcional interesse público, em que cabem os benefícios da lei.

Lei 8.958/1994, sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Passa a permitir que os núcleos de inovação tecnológica das instituições públicas de pesquisa funcionem como fundações.

Lei 10.973/2004, de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Entre outras alterações, agora permite às universidades e outras Instituições públicas de pesquisa científica e tecnológica (ICTs) compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com empresas e pessoas físicas para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite. O mesmo vale para o uso de seu capital intelectual. Também as ICTs poderão assinar acordos com empresas para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas,

podendo ceder ao parceiro privado a totalidade dos direitos de propriedade intelectual mediante compensação financeira ou não financeira, desde que economicamente mensurável (anteriormente, a instituição pública era obrigada a abrir uma concorrência para licenciar a tecnologia, podendo perder o direito de gerir o projeto). Ainda permite ao poder público (União, Estados e Municípios) fomentar diretamente a inovação tecnológica em empresas e ICTs por meio de vários mecanismos, incluindo a contratação direta de projetos de pesquisa que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador – sem obrigatoriedade de licitação.

Lei 12.462/2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). O Marco Legal estende os benefícios do RDC às licitações e contratos necessários à realização das ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação.

Lei 12.772/2012, sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Mudança amplia o número de horas que pesquisadores da rede pública em regime DE podem dedicar a atividades no setor privado, de 120 horas para 416 horas anuais (ou 8 horas semanais). Também cria mais facilidades para a importação de bens e insumos para uso em pesquisa científica e tecnológica, determinando que eles tenham tratamento prioritário e observem procedimentos simplificados nos processos de importação e desembaraço aduaneiro.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

de 3 a 31 de MARÇO

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO ADUFRGS-SINDICAL
Vote pelo site www.adufrgs.org.br



ADufrgs
sindical
Filiado ao PROIFES-Federação



ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação

Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior-POA

UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga